LEI Nº 126/70

Súmula: Dispõe sôbre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.-

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei institui o regime jurídico dos servidores do Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Para os efeitos dêste estatuto, funcionário é a - pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º - Cargo público é o conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário.

ART; 4º - Os cargos são considerados de carreira ou isolados.

§ 1º - São de carreira os que se integram em classes e correspondem a profissão, ou atividades com denominação própria.

§ 2º - São isolados os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.

Art. 5º - Classe é o agrupamento de cargos que, por lei, - tenham idêntica denominação, o mesmo conjunto de atribuições e responsabilidade e o mesmo padrão de vencimento.

§ 1º - As atribuições e responsabilidades pertinentes acada classe serão descritas em regulamento, incluindo, entre outras, as seguintes indicações: denominação, código, descrição, sintética, exemplos típicos de tarefas, qualificação mínima para o exercício do cargo e, se fôr o caso, requisito legal ou especial.

§ 2º - Respeitada essa regulamentação, aos funcionários da - mesma carreira podem ser cometidas as atribuições de suas diferentes classes.

§ 3º - É vedado atribuir ao funcionário encargos ou serviços diversos de sua carreira ou cargo (Art. 44).

Art. 6º - Carreira é a série de classes, escalonadas segundo o nível de complexidade das atribuições e grau de responsabilidade.

Art. 7º - Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras, quanto às suas atribuições funcionais.

§ 1º - É vedada a vinculação ou a equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público municipal.

§ 2º - Haverá igualdade de denominação dos cargos equivalentes e paridade de vencimento e vantagens entre os funcionários da prefeitura e da Câmara Municipal.

Art. 8º - Quadro é o conjunto de carreiras e cargos isolados

LIVRO I

DA INVESTIDURA, DO EXERCÍCIO E DA VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

TÍTULO I

DO PROVIMENTO

CAPÍTULO I

Das formas e dos Requisitos do Provimento

Art. 9º - Os cargos públicos serão providos por:

I - nomeação;
II - promoção;
III - transferências;
IV - reintegração;
V - readmissão;
VI - reversão; e
VII - aproveitamento.

continua

Parágrafo único - O provimento dos cargos públicos da Prefeitura é da competência privativa do Prefeito.

Art. 10 - Só poderá ser investido, em cargo público municipal quem satisfazer os seguintes requisitos:

I - serbrasileiro;
II - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
III - estar no gôzo dos direitos políticos;
IV - estar quite com as obrigações militares;
V - ter boa conduta;
VI - gozar de boa saúde, comprovada em exame médico;
VII - possuir aptidão para o exercício da função;
VIII - ter-se habilitado prèviamente em concurso, ressalvadas as exceções previstas em lei;
IX - ter atendido às condições especiais prescritas em Lei ou regulamento para determinados cargos ou carreiras.

CAPÍTULO II
Da Nomeação
Secção I
Das formas de nomeação

Art. 11 - A nomeação será feita:
I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira ou isolado;
II - em caráter em comissão, quando se tratar de cargo isolado, que em virtude de lei, assim deva ser provido.

Secção II
Do concurso

Art. 12 - A nomeação, para cargo que deva ser provido em caráter efetivo, depende da habilitação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação dos candidatos aprovados e vedadas quaisquer vantagens entre os concorrentes.

Parágrafo único - Os cargos de provimento em comissão (Art. 11, II), são de livre nomeação e exoneração.

ART; 13 - Poderá insver-se no concurso quem tiver o mínimo de 18 (dezoito) e o máximo de 45 (quarenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único - O limite máximo de idade previsto neste artigo poderá ser dispensado para candidatos ocupantes de cargos públicos.

Art. 14 - Encerradas as inscrições, legalmente processadas para o concurso à investidura em qualquer cargo, não será abrirão novas antes de sua realização.

Art. 15 - Os concursos serão julgados por comissão em que pelo menos um dos membros seja estranho ao serviço público municipal.

Art. 16 - O prazo de validade dos concursos será fixado no edital respectivo, até o máximo de dois anos.

Art. 17 - O concurso deverá estar homologado pelo Prefeito em 90 (noventa) dias a contar do encerramento das inscrições.

Secção III
Do Estágio Probatório

Art. 18 - O funcionário nomeado em caráter efetivo fica sujeito ao estágio probatório de dois anos de exercício ininterrupto, em que serão apurados os seguintes requisitos:

continua

I - eficiência;
II - idoneidade moral;
III - aptidão;
IV - disciplina;
V - assiduidade;
VI - dedicação ao serviço.

§ 1º - Os chefes de repartição ou serviço, em que servi, digo, sirvam funcionários sujeitos a estágio probatório, quatro meses antes do término dêste, informarão, reservadamente, ao órgão de pessoal competente, sôbre os requisitos previstos neste artigo.

§ 2º - Em seguida, o órgão de pessoal formulará parecer escrito, opinando sôbre o merecimento do estágio em relação a cada um dos requisitos, concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário.

§ 3º - dêsse parecer, se contrário à confirmação, será dada vista ao estagiário pelo prazo de 10 (dez) dias.

§ 4º - Julgando o parecer e a defesa, o prefeito decretará a exoneração do funcionário, se achar aconselhável; ou o confirmará, se sua decisão fôr favorável à permanência do funcionário.

Art. 19 - A apuração dos requisitos, de que trata o artigo anterior, deverá processar-se de modo, que a exoneração do funcionário possa ser feita antes de findo o período de estágio.

Parágrafo único - Findo o estágio, com ou sem pronunciamento, o funcionário se tornará estável.

CAPÍTULO III
Das Promoções

Art. 20 - As promoções far-se-ão de classe para classe obedecido o critério da antiguidade e de merecimento, alternadamente.

§ 1º - O merecimento apurar-se-á pela concorrência dos seguintes requisitos:

I - eficiência;
II - dedicação ao serviço;
III - assiduidade;
IV - títulos e os comprovantes de conclusão ou freqüência de cursos, seminários, simpósios, relacionados com a administração municipal.

continua

V - Trabalhos e obras publicadas.

§ 2º - Quando ocorrer empate na classificação de maior antiguidade na classe, terá preferência o funcionário - de maior tempo de serviço municipal; havendo, ainda, empate, o de maior tempo de serviço público, o de - maior prole e o mais idoso, sucessivamente,

§ 3º - Havendo fusão de classes, a antiguidade abrangerá o efetivo exercício na classe anterior.

Art. 21 - As promoções serão realizadas de seis em seis meses, havendo vaga.

§ 1º - Quando não decretada no prazo legal, a promoção produzirá seus efeitos a partir do último dia do respectivo semestre.

§ 2º - Para todos os efeitos, será considerado promovido o - funcionário que vier a falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção que cabia por antiguidade.

§ 3º - Ao funcionário afastado para tratar de interêsse particular, sòmente se abonarão as vantagens decorrentes da promoção a partir da data da reassunção.

Art. 22 - Será declarada sem efeito a promoção indevida e, - no caso, provido quem de direito.

§ 1º - Os efeitos desta promoção retroagirão à data que fôr anulada.

§ 2º - O funcionário, promovido indevidamente não ficará - obrigado à restituição, salvo hipótese de dolo ou má fé de interessado.

Art. 23 - Não concorrerão à promoção os funcionários que não tiverem, pelo menos, um ano de efetivo exercício - na classe, salvo se nenhum preencher essa exigência.-

Parágrafo único - Em nenhum caso será promovido o funcionário em estágio probatório.

Art. 24 - É vedado ao funcionário pedir, por qualquer forma, sua promoção.

Parágrafo único - Ao funcionário é assegurado o direito de - recorrer das promoções, quando entender - tenha sido preterido.

Art. 25 - As promoções serão processadas por Comissão Especial, nomeada pelo prefeito.

Parágrafo único - As normas para o processamento das promoções serão objeto de regulamento.

continua

LEI Nº 126/70 -fls. 5

CAPÍTULO IV

Da Transferência

Art. 26 - O funcionário pode se transferido de uma carreira para outra da mesma denominação, ou de um cargo - para outro da mesma natureza.

§ 1º - A transferência far-se-á:

I - a pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço;

II - de ofício, no interêsse da administração.

§ 2º - Equivale a nomeação, dependendo sua efetivação da observância dos requisitos desta lei (art. 11al9), a transferência de funcionários;

I - de uma carreira para outra de denominação diversa;

II - de um cargo de carreira para um cargo isolado;

III - de um cargo isolado para um cargo de carreira.

Art. 27 - A transferência, de que trata o art. 26, § 1º, far-se-á para cargo de igual vencimento ou remuneração, e sòmente será concedida ao funcionário que contar no mínimo um ano de efetivo exercício na classe ou no cargo isolado.

Parágrafo único - Nêsse caso, a transferência para cargo de carreira obedecerá as seguintes condições:

I - se fôr a pedido, só poderá ser feita para vaga a ser provida por merecimento;

II - não poderá exceder de um terço de cada classe;

III - só poderá efetivar-se no mês seguinte ao das - promoções.

CAPÍTULO V

Da Reintegração

Art. 28 - A reintegração que decorrerá de decisão judicial - passada em julgado, é o reingresso no serviço público, com ressarcimento das vantagens atinentes ao cargo.

Art. 29 - A reintegração será feita no cargo anteriormente - ocupado; se êste houver sido transformado, no cargo resultante da transformação e, se extinto, em cargo de vencimento ou remuneração equivalentes, atentida a habilitação proffssional.

Parágrafo único - Não sendo possível atender ao disposto nêste artigo, ficará o reintegrado em disponibilidade, aplicando-se os artigos 86 e 87;

Art. 30 - O funcionário que estiver ocupando o cargo objeto - de reintegração será exonerado, ou, se ocupava ou-

continua

outro cargo municipal, a êste reconduzido, sem direito a indenização.

Art. 31 - O funcionário reintegrado será submetido a exame médico e aposentado quando incapaz.

CAPÍTULO VI
Da Readmissão

Art. 32 - Readmissão é o reingresso do funcionário demitido ou exonerado no serviço público municipal sem direito a ressarcimento de prejuízo.

§ 1º - A readmissão se fará por ato administrativo, e dependerá de prova de capacidade, mediante exame médido.

§ 2º - O readmitido contará o tempo de serviço público anterior para efeito de disponibilidade e aposentadoria.

Art. 33 - Respeitada a habilitação profissional, a readmissão far-se-á na primeira vaga a ser prova por merecimento.

Parágrafo único - A readmissão far-se-á, de preferência, no cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas e de vencimentos ou remuneração equivalente ou inferior.

CAPÍTULO VII
Da Reversão

Art. 34 - Reversão é o reingresso do aposentado no serviço público municipal, após ferificação, em processo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, atendido sempre o interêsse público.

§ 2º - A reversão depende de exame médico, em que fique provada a capacidade para o exercício da função.

§ 3º - Será tornada sem efeito a reversão e cassada a aposentadoria do funcionário, que não tomar posse ou não entrar em exercícios nos prazos previstos nos arts. 56 e 61.-

Art. 35 - Respeitada a habilitação profissional, a reversão fazer-se-á de preferência, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas.

§ 1º - A reversão de ofício nunca poderá ser feita para cargo de vencimento ou remuneração inferior ao provento do revertido.-

continua

§ 2º - A reversão, a pedido, sòmente poderá ser feita no mesmo cargo ou em cargo a ser provido por merecimento.

Art. 36 - A reversão não dará direito, para prova, digo, para - nova aposentadoria e disponibilidades, à contagem do tempo em que o funcionário estêve aposentado.

CAPÍTULO VIII
Do Aproveitamento

Art. 37 - Aproveitamento é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade, (Art. 86).

§ 1º - O aproveitamento dependerá de prova de capacidade, mediante exame médico.

§ 2º - Provada, em exame médico, a incapacidade, será decretada a aposentadoria do funcionáriono cargo em qu foi pôsto em disponibilidade.

Art. 38 - Se, dentro dos prazos legais, o funcionário não tomar - posse ou não entrar em exercício no cargo em que houver sido aproveitado, será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, em perda de todos - os direitos de sua anterior situação.

Art. 39 - Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade, e no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPÍTULO IX
Das Mutações Funcionais
Secção I
Da Função Gratificada

Art. 40 - Função gratificada é a instituida em lei para atender a encargo da chefia de outros, ou melhor, de chefia - e outros que não justifiquem a criação do cargo.

Art. 41 - O desempenho de função gratificada será atribuida ao funcionário mediante ato expresso do prefeito.

Art. 42 - A gratificação será percebida cumulativamente com o - vencimento ou remuneração do cargo, de que fôr titular o gratificado.

Art. 43 - Não perderá a gratificação o funcionário que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, licenças para tratamento de sua saúde ou à gestante, serviços - obrigatórios por lei ou atribuições regulares decorrentes de seu cargo ou função.

SECÇÃO II
Continua

Da Substituição

Art. 44 - Haverá substituição no impedimento do ocupante de cargo de direção ou chefia de provimento efetivo ou em comissão e de função gratificada.

Parágrafo único - No mês de dezembro de cada ano, será organizada e publicada pelos Chefes do Serviço a relação de substitutos para o ano seguinte.

Art. 45 - O substituto perceberá o mesmo vencimento do substituído, sem as vantagens pessoais.

Secção III

Da Readaptação

Art. 46 - Readaptação é a investidura em cargo ou função mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá sempre de exame médico.

Art. 47 - A readaptação não acarretará diminuição, nem aumento de vencimento ou remuneração, e será feita mediante transferência, não se aplicando, neste caso, o disposto no artigo 26, § 2º.

Secção IV

Da Remoção e da Permuta

Art. 48 - A remoção, a pedido ou de ofício far-se-á:

I - de um para outro setor, serviço, departamento ou secretaria;

II - de um para outro órgão do mesmo setor, serviço, departamento ou secretaria.

§ 1º - A remoção prevista no item I, será feita por decreto do Prefeito; a prevista no item II, será feita por ato do diretor do setor, do serviço, do departamento ou do secretário.

§ 2º - A remoção só poderá ser feita respeitada a lotação de cada órgão, setor, serviço, departamento ou secretaria.

Art. 49 - A permuta será processada a pedido escrito de ambos os interessados, respeitados os requisitados da remoção.

Secção V

Da Lotação e da Relotação

Art. 50 - Entende-se por lotação o número de funcionário de cada carreira e de cargos isolados que

continua

devem ter exercício em cada órgão, setor, serviço, departamento ou secretaria.

Art. 51 - Relotação é a transferência do cargo de carreira ou isolado de uma repartição para outra.

parágrafo único - A relotação depende de lei.

TÍTULO II

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

CAPÍTULO I

Da Posse

Art. 52 - Posse é a investidura do cidadão em cargo público, ou em função gratificada.

parágrafo único - Não haverá posse nos casos de promoção, reintegração e designação para o desempenho de função gratificada.

Art. 53 - A posse verificar-se-á mediante assinatura, pela autoridade competente e pelo funcionário, de um têrmo em que êste compromete e se compromete a cumprir fielmente os deveres e atribuições do cargo ou da função gratificada, e as exigências dêste Estatuto.

Art. 54 - São competentes para dar posse:

I - o prefeito ou o Secretário da Prefeitura, os diretores de departamento ou de serviços.

II - os diretores de departamentos ou de serviços, aos chefes e demais funcionários e êles subordinados.

Art. 55 - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em lei ou regulamento para a investidura no cargo ou na função gratificada.

Art. 56 - A posse deverá verificar-se dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento.

§ 1º - Êsse prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, por solicitação escrita do interessado e mediante ato fundamentado da autoridade competente para dar posse.

§ 2º - O têrmo inicial da posse para o funcionário em férias, ou licenciado, exceto no caso de licença para tratar de interêsse particular, será o da data em que voltar ao serviço.

continua

Art. 57 - O ato de provimento será tornado sem efeito por decreto, se a posse não se der dentro do prazo inicial ou de prorrogação, na forma prevista no artigo anterior.

Art. 58 - O funcionário nomeado para cargo cujo provimento dependa de fiança, não poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º - Será sempre exigida fiança do funcionário que tenha dinheiro público sob sua guarda ou responsabilidade.

§ 2º - A fiança poderá ser prestada:

I - em dinheiro;

II - em títulos de dívida pública;

III - em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidas por instituto oficial ou emprêsa legalmente autorizada.

§ 3º - Não se admitirá o levantamento da fiança antes de tomadas as contas dos funcionários.

§ 4º - O funcionário responsável pelo alcance ou desvio não ficará isento de responsabilidade administrativa ainda que o valor da fiança cubra os prejuízos verificados.

CAPÍTULO III

Do Exercício

SECÇÃO I

DO EXERCÍCIO EM GERAL

Art. 59 - O exercício é a prática de atos próprios do cargo ou da função pública.

Parágrafo Único - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Art. 60 - O exercício deve ser dado pelo chefe da repartição para a qual fôr designado o funcionário.

Art. 61 - O exercício terá início no prazo de 30 (trinta) dias contados:

I - Da data da publicação oficial do ato, no caso

continua

de reintegração e designação para o desempenho de função - gratificada;

II - Da data da posse, nos demais casos.

§ 1º - A promoção não interrompe o exercício, que será contado na nova classe a partir da data da publicação do ato que promover o funcionário.

§ 2º - O funcionário transferido ou removido, quando legalmente afastado, terá o prazo para - entrar em exercício contado a partir do término do impedomento.

§ 3º - Os prazos dêste artigo poderão ser prorrogados por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

Art. 62 - O funcionário nomeado deverá ter exercício - na repartição em cuja lotação houver claro.

Art. 63 - Nenhum funcionário poderá ter exercício em - serviço ou repartição diferente daquela em - que tiver lotado, salvo os casos expressos neste Estatuto.

Art. 64 - Ao entrar em exercício, o funcionário apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentimento individual.

Art. 65 - O funcionário que não entrar em exercício - dentro do prazo estabelecido neste Estatuto será exonerado do cargo ou dispensado da função gratificada.

SECÇÃO II

Dos Afastamentos

Art. 66 - O afastamento do funcionário de sua repartição para ter exercício em outra, por qualquer motivo, só se verificará nos casos previstos neste Estatuto.

Parágrafo único - só em casos excepcionais e de comprovada necessidade, poderá ser concedido afastamento a funcionário do Município para servir, com - ou sem prejuízo de vencimentos, perante órgãos federais ou - estaduais.

Art. 67 - O funcionário não poderá ausentar-se do Município, para estudo ou missão especial, nem - autorização do Prefeito.

§ 1º - A ausência não excederá de dois anos e, -

continua

finda a missão ou estudo, sòmente decorrido tal período será permitido nôvo afastamento.

§ 2º - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser concedido até quatro anos, se o estudo ou missão for no estrangeiro.

§ 3º - Em qualquer caso, previsto neste artigo, fica o funcionário obrigado a provar que se utilizou do afastamento para o fim a que fou autorizado.

Art. 68 - Será conciderado afastado do exercício, até decisão final passada em julgado, o funcionário (Art. 147, III):

I - prêso em flagrante ou preventivamente;

II - Pronunciado, ou condenado por crime imafiançável;

III - Denunciado por crime funcional, desde o recebimento da denúncia.

SECÇÃO III

Do Regime de Trabalho

Art. 69 - O prefeito determinará:

I - para a repartição, o período de trabalho diário;

II - para cada função, o número de horas diárias de trabalho;

III - para uma ou outra, o regime de trabalho em turno consecutivo, quando fôr aconselhável, indicando o número certo de horas de trabalho exigível por mês.

Art. 70 - Salvo exeções previstas em lei especial, nenhum funcionário municipal poderá prestar, sob qualquer fundamento, menos de 33 (trinta e três) horas semanais de trabalho.

Art. 71 - O período de trabalho, nos casos de comprovada necessidade, poderá ser antecipado ou prorrogado pelos chefes de repartições ou de serviço.

Parágrafo Único - no caso de antecipação ou prorrogação dêste período, será remunerado o trabalho extraordinário, na forma prevista neste Estatuto.

Art. 72 - No interêsse da administração e mediante compensação pecuniária adequada, o Prefeito poderá colocar funcionário no regime de trabalho integral (R.T.I) ou no Regime de Dedicação Profissional Exclusiva (R.D.P.E.).

Continua

Art. 73 - Todo funcionário ficará sujeito ao ponto, - que é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entrada e a saída de funcionário em serviço.

§ 1º - Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração - da frequência.

§ 2º - Para os registros de ponto, serão usados, - de preferência, meios mecânicos.

§ 3º - Salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto, é vedado dispensar o funcionário de registro de ponto e abonar falta ao serviço.

SECÇÃO IV

Das Faltas ao Serviço

Art. 74 - Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço - sem causa justificada.

Parágrafo Único - Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza ou circunstância, principalmente pelas consequências no círculo da família, possa razoàvelmente constituir escusa de não comparecimento

Art. 75 - O funcionário que faltar ao serviço fica obrigado a requerer a justificação da falta, por escrito, a seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer à repartição, son pena de sujeitar-se a tôdas as consequências resultantes da ausência.

§ 1º - Não poderã ser justificadas as faltas que se excederem a vinte e quatro por ano.

§ 2º - O chefe imediato do funcionário decidirá - sôbre as justificações das faltas até o máximo de 12 por ano; a justificação das que excederem a êsse - número, até o limite de 24, será submetida, devidamente informada, por essa autoridade, à decisão de seu superior hierárquico, no prazo de cinco dias.

§ 3º - Para justificação da falta, poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.

§ 4º - A autoridade compete decidirá sôbre a justificação no prazo de cinco dias, cabendo recurso para a autoridade superior, quando indeferido o pedido.

continua

§ 5º - Decidido o pedido de justificação da falta, será o requerimento ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

Art. 76 - Serão abonados as faltas, até o máximo de 6 - (seis) por ano, desde que não excedam de uma por mês, quando o funcionário, por moléstia ou motivo relevante, se achar impossibilitado de comparecer ao serviço, observadas as condições dos parágrafos seguintes.

§ 1º - A moléstia deverá ser provada por atestado médico, com firma reconhecida, e a aceitação dos outros motivos fica ao critério do chefe direto do - funcionário.

§ 2º - O funcionário é obrigado a declarar os motivos da ausência no primeiro dia em que comparecer ao serviço, não sendo aceitas as declarações depois - dêsse prazo.

§ 3º - O pedido de abono será feito em requerimento escrito aonchefe imediato do funcionário, que decidirá de plano.

TÍTULO III

"=DA VACÂNCIA="

Art. 77 - A vacância do cargo decorrerá de :

I - Exoneração;
II - Demissão;
III - Promoção;
IV - Transferência;
V - Aposentadoria;
VI - Falecimento.

§ 1º - Dar-se-á a exoneração:

I - A pedido do funcionário;
II - De ofício:
a)- Quando se tratar de cargo em comissão;
b) - Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
c) - Quando o funcionário não entrar em exercício no prazo legal (art. 65)

§ 2º - A demissão será aplicada como penalidade.

Art. 78 - A vacância da função gratificada decorrerá de

I - Dispensa,a pedido do funcionário;
II - Dispensa, a critério da autoridade;
III - Dispensa, por não haver o funcionário designado assumido o exercício no prazo legal;

continua

IV - Destituição.

Parágrafo Único - A destituição será aplicada como penalidade, nos casos previstos neste Estatuto.

Art. 79 - A exoneração e a dispensa, a pedido, podem ser concedidas pelo chefe do setor, serviço, departamento ou secretaria.

LIVRO II

"DAS PRERROGATIVAS, DOS DIREITOS E DA VANTAGENS"

TITULO I

DAS PRERROGATIVAS

CAPITULO I

Do Tempo de Serviço

Art. 80 - Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

§ 1º - O número de dias será convertido em anos, considerados de 365 dias.-

§ 2º - Feita a conversão, os dias restantes, até 182, não serão computados; para efeito da aposentadoria, será arredondado, para um ano, o número excedente de 182 dias.

Art. 81 - Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

I - férias;

II - casamento, até 8 (oito) dias;

III - luto até 8 (oito) dias por falecimento de cônjuge, pais, descendênte, irmão e sogros;

IV - luto, até 2 (dois) dias por falecimento de - tios, cunhados, padrasto, madrasta, genro e - nora;

V - exercício de outro cargo municipal de provimento em comissão;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII - desempenho de função legislativa federal, estadual ou municipal;

VIII - licença-prêmio;

IX - licença a funcionária gestante;

X - licença a funcionário acidentado em serviço - de doença profissional ou moléstia enumerada

continua

no artigo 116;

XI - missão ou estudo noutros pontos do território nacional ou estrangeiro, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Prefeito;

XII - provas de competição esportivas, quando o afastamento fôr autorizado pelo Prefeito;

XIII - faltas abonadas;

Art. 82 - Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á, integralmente:

I - o tempo de serviço público federal, estadual

II - e municipal;

II - o período de serviço ativo nas fôrças armadas, contando-se em dôbro o tempo em operações de guerra;

III - o tempo de serviço prestado em autarquias municipais, estaduais, e federais;

IV - o tempo em que o funcionário esteja em disponibilidade.

Art. 83 - É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente em dois ou mais cargos ou funções públicas ou em entidades autárquicas ou para estaduais.

CAPÍTULO II

Da estabilidade

Art. 84 - O funcionário nomeado em caráter efetivo adquire estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício.

§ 1º - Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, se não prestou concurso público.

§ 2º - A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo.

Art. 85 - O funcionário perderá o cargo:

I - quando estável, em virtude de sentença judiciária passada em julgado ou mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa;

II - quando em estágio probatório, sòmente após observância do art. 18 e seus parágrafos ou me

continua

diante inquérito administrativo, quando êste ser impuser ates de concluído o estágio, assegurada, neste caso, defesa ao interessado.

CAPÍTULO III

Da Disponibilidade

Art. 86 - Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração, at-e, ou melhor, até seu aproveitamento em outro cargo equivalente (art.s 37 a 39).

Parágrafo Único - Restabelecido o cargo, ainda que modificada sua denominação, será obrigatòriamente aproveitado nêle o funcionário pôsto em disponibilidade quando de sua extinção.

Art. 87 - O funcionário em disponibilidade poderá ser - aposentado (art. 37, § 2º) ou posto à disposição de outro órgão, a seu pedido.

CAPÍTULO IV

Da Reintegração

Art. 88 - Invalidada a demissão do funcionário por sentença judicial será êle reintegrado e quem - lhe ocupava o lugar será exonerado, ou, se ocupava outro cargo, a êste reconduzido, sem direito a indenização.

§ 1º - A reintegração importa no ressarcimento de todos os prejuízos do funcionário reintegrado.

§ 2º - O pagamento dêsses prejuízos deverá ser líquido dado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da reassunção do cargo ou da datad da aposentadoria.

CAPÍTULO V

Da Aposentadoria

Art. 89 - O funcionário será aposentado:

I - compulsòriamente, aos 70 anos de idade;

II - a pedido, após 35 (trinta e cinco) anos de - efetivo exercício;

III - por invalidez.

Parágrafo Único - No caso do número II, o tempo de serviço será reduzido a trinta anos, para as mulheres.

Art. 90 - O provento da aposentadoria será integral - quando:

I - O funcionário contar 35 (trinta e cinco) anos

continua

de serviço, se do sexo masculino, ou 30 (trinta), se do sexo feminino;

II - o funcionário se aposentar por invalidez.

Art. 91 - O funcionário que se incapacitar para o exercício de qualquer função pública, será licenciado do cargo com todos os vencimentos, por período não excedente de 4 (quatro) anos. Findo êsse prazo, se perdurar a incapacidade total, será aposentado, qualquer que seja o tempo de serviço, possibilitada a reversão.

Art. 92 - Os proventos da inatividade serão revistos sempre que houver modificação geral de vencimentos ou remuneração, e na mesma proporção dos funcionários em atividade.

Parágrafo Único - Em caso algum os proventos da inatividade poderão exceder a vencimento ou remuneração percebida na atividade.

Art. 93 - A aposentadoria depemde de exame médico só será decretada depois de verificada a impossibilidade de readaptação do funcionário.

Art. 94 - É automática a aposentadoria compulsória.

Parágrafo Único - O retardamento do decreto que declarar a aposentadoria compulsória não impedirá que o funcionário se afaste do exercício no dia imediato ao em que atingir a idade limite, sem prejuízos de seus direitos.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS EM GERAL

CAPÍTULO I

Das Férias

Art. 95 - O funcionário terá direito ao gôzo de 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, de acôrdo com a escala organizada pelo chefe da repartição.

§ 1º - Sòmente depois do primeiro ano de exercício e em cargo público dêste Município adquirirá o funcionário direito a férias.

§ 2º - Não terá direito a férias funcionário que, durante o período de sua aquisição, permanecer em gôzo de licença para tratar de interêsse particular.

§ 3º - É proibido levar à conta de férias qualquer falta de ao serviço.

Art. 96 - Em casos excepcionais a critério da Administra

continua

ção, poderão as férias ser concedidas em dois períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior a 10 (dez) - dias.

Parágrafo Único - Os membros de uma mesma família de funcionários do Município terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

Art. 97 - É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.

§ 1º - Sòmente serão considerados como não gozadas, por absoluta necessidade do serviço, as férias que o funcionário deixar de gozar mediante decisão escrita do prefeito, exarada em processo e publicada na forma legal, dentro do exercício a que elas correspondem.

§ 2º - As férias não gozadas até a promulgação dêste Estatuto, no máximo de 2 (duas), poderão ser, a requerimento do interessado, contadas em dôbro para efeito de aposentadoria, ou gozadas oportunamente, a critério de Administração.

Art. 98 - Em caso de exoneração ou demissão do funcionário, ser-lhe-á paga a remuneração correspondente ao período de férias, cujo direito tenha adquirido.

Art. 99 - É facultado ao funcionário gozar férias onde lhe convier, cumprindo-lhe, no entanto, comunicar, por escrito, ao chefe da repartição, seu endereço eventual.

Art.100 - O funcionário promovido, transferido ou removido, durante as férias, não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

CAPÍTULO II
Das Licenças
Secção I
Disposições Preliminares

Art.101 - Conceder-se-á ao funcionário licença:

I - para tratamento de saúde;
II - por motivo de doença em pessoa da família;
III - para repouso à gestante;
IV - para prestar serviço militar obrigatório;
V - para motivo de afastamento do cônjuge militar;
VI - para tratar de interêsses particulares;

continua

VII - como prêmio à assiduidade;

VIII - para o desempenho de mandato eletivo;

Parágrafo único - Ao ocupante de cargo de provimento em comissão, não se deferirá, nessa qualidade, licença para tratar de interêsse particulares.

Art. 102 - A licença depende de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado.

Parágrafo único - Findo o prazo, poderá haver nôvo exame e o atestado médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação ou pela aposentadoria.

Art. 103 - Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo seguinte.

Art. 104 - A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido.

Parágrafo único - O pedido deverá ser apresentado pelo menos 5 dias antes de findo o prazo de licença; se indeferido, contar-se-á como licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho.

Art. 105 - As licenças concedidas dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término da anterior, serão consideradas em prorrogação.

Parágrafo único - Para os efeitos dêste artigo, sòmente serão levadas em consideração as licenças da mesma espécie.

Art. 106 - O funcionário não poderá permanecer em licença, por moléstia, por prazo superior a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos funcionários em comisaão.

Art. 107 - Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, o funcionário será submetido a exame e aposentado, se fôr considerado definitivamente inválido, na forma do art. 91.

Art. 108 - As licenças por tempo superior a 30 (trinta) dias, só poderão ser concedidas pelo Prefeito, de tempo inferior, poderão ser deferidas por chefes do Serviço.

Art. 109 - O funcionário em gôzo de licença comunicará ao chefe da repartição o local onde poderá -

continua

ser encontrado.

Secção III

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 110 - A licença para tratamento de saúde será a - pedido ou de ofício.

§ 1º - Num e noutro caso, é indispensável exame médico.

§ 2º - O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença.

Art. 111 - Sempre que possível, o exame para concessão de licença para tratamento de saúde, será feito por médico oficial de Município, do Estado ou da União.

§ 1º - O atestado ou laudo passado por médico oun - junta médica particular só produzirá efeitos depois de homologação pelo serviço de saúde do Município, se houver.

§ 2º - As licenças superiores a 60 (sessenta) dias dependerão de exame do funcionário por junta médica.

Art. 112 - Será punido disciplinamente, com suspensão - de 30 (trinta) dias, o funcionário que recusar a submeter-se a exame médico, cessando os efeitos da penalidade, logo que se verifique o exame.

Art. 113 - Considerado apto, em exame médico, o funcionário reassumirá o exercício, sob pena de se apurarem, como faltas injustificadas, os dias de ausência.

Parágrafo único - No curso da licença, poderá o funcionário requerer exame médico, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

Art. 114 - A licença a funcionário atacado de tuberculose ativa, alineação mental, neoplasia maligna, lepra, paralisiaou cardiopatia grave, será concedida, - quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

Art. 115 - Será integral o vencimento ou remuneração do funcionário licenciado para tratamento de - saúde, acidentado em serviço, atacado de doença profissional ou das moléstias indicadas no artigo anterior.

Secção III

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 116 - O funcionário poderá obter licença por moti-

continua

vo de doença de ascendente, descendente, irmão ou cônjuge não separado legalmente, provando ser indispensável sua assistência pessoal permanente não podendo esta ser prestada simultâneamente com o exercício do cargo.

§ 1º - provar-se-á a doença mediante exame médico, na forma prevista no art. 113.

§ 2º - A licença de que trata êste artigo será concedida com vencimento ou remuneração integral até um ano, e com dois terços do vencimento ou remuneração, - excedendo êsse prazo até dois anos.

§ 3º - Quando a pessoa da família do funcionário se encontrar em tratamento fora do Município, - permitir-se-á o exame médico por profissionais pertencentes - ao quadro de servidores federais, estaduais ou municipais da localidade.

Secção IV
Da Licença à Gestante

Art. 117 - A funcionária gestante será concedida, mediante exame médico, licença até 4 (quatro) meses, com vencimento ou remuneração.

Parágrafo único - Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do oitavo mês da gestação.

Secção V
Da Licença para Serviço Militar

Art. 118 - Ao funcionário que fôr convocado para o serviço militar e outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com vencimento ou remuneração integral.

§ 1º - A licença será concedida à vista do documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º - Do vencimento ou remuneração descontar-se-á a importância que o funcionário perceber na qualidade de imcorporado, salvo se optar pelas vantagens do - serviço militar.

§ 3º - Ao funcionário desincorporado conceder-se-á prazo não excedente de 30 (trinta) dias, para que reassuma o exercício, sem perda do vencimento ou remuneração.

§ 4º - A licença de que trata êste artigo será também concedida ao funcionário que houver fei-

continua

to curso para ser admitido como oficial da reserva das fôrças armadas, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se o disposto nO § 2º dêste artigo.

Secção VI

Da Licença à Funcionária Casada com Militar

Art. 119 - A funcionária casada com militar terá direito à licença, sem vencimento ou remuneração, quando o marido fôr mandado servir fora do Município.

Parágrafo único - A licença será concedida mediante pedido devidamente instruído e vogorará por tempo que durar a nova função do marido.

Secção VII

Da Licença para Tratar de Interêsses Particulares

Art. 120 - Ao funcionário estável poderá ser deferida licença por tempo nunca excedente de dois anos, sem vencimento ou remuneração, para tratar de interêsses particulares.

§ 1º - A licença será negada quando o afastamento do funcionário fôr incoveniente ao interêsse público.

§ 2º - O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença.

Art. 121 - Não será concedida licença para tratar de interêsses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício.

Art. 122 - A autoridade, que deferiu a licença, poderá cassá-la e determinar que o licenciado reassuma o exercício, se o exigir o interêsse do serviço municipal.

Parágrafo único - O funcionário poderá, a qualquer tempo, reassumir o exercício, desistindo da licença.

Art. 123 - Outra licença para tratar de interêsses particulares só poderá ser concedida ao mesmo funcionário, após transcorridas dois anos do término da anterior.

Secção VIII

Da Licença-Prêmio

Art. 124 - Ao funcionário que requerer será concedida licença-prêmio de 3 (três) meses com todos os direitos de seu cargo, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço.

continua

§ 1º - para que o funcionário em comissão goze licença-prêmio com as vantagens dêsse cargo, deve ter nêle pelom menos dois anos de exercício.

§ 2º - Sòmente o tempo de serviço público prestado ao Município será contado para efeito de licença-prêmio.

§ 3º - O tempo de serviço anterior à promulgação dêste Estatuto só dará direito a três meses de licença-prêmio.

Art. 125 - Não terá direito à licença-prêmio o funcionário que, no período de sua aquisição houver:

I - sofrido de suspensão;

II - faltado ao serviço injustificamente digo injustificadamente por mais de 30 (trinta) - dias;

III - gozado licença:

a) por período superior a cento e oitenta dias consecutivos ou não, salvo a licença prevista no art. 103, IV;

b) por motivo de doença em pessoa de sua família por mais de cento e vinte dias consecutivos ou não;

c) para tratar de interêsses particulares por mais de 30 (trinta) dias;

d) por motivo de afastamento de cônjuge militar por mais de três anos.

Art. 126 - O pedido de licença-prêmio será instruído - com certidão e tempo de serviço, expedida - pelo órgão municipal competente.

Art. 127 - A licença-prêmio será despachada pelo prefeito.

Art. 128 - A licença-prêmio, a pedido do funcionário, poderá ser gozada por inteiro ou parceladamente.

Parágrafo único - A licença-prêmio, requerida para gôzo parcelado, não será considerada para período inferior a um mês.

Art. 129 - É facultado à autoridade competente, tendo em vista o interêsse da administração, devidamente fundamentado, determinar, dentro da licença-prêmio,

continua

bem como decidir, digo, é facultado à autoridade competente, tendo em vista o interêsse da administração, devidamente fundamentado, determinar, dentro de 12 (doze) meses seguintes à apuração do direito, a data do início do gôzo da licença-prêmio, bem como decidir se poderá ser concedida por inteiro ou parceladamente.

Art. 130 - O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença-prêmio.

Art. 131 - A concessão de licença-prêmio dependerá de nôvo ato quando o funcionário não iniciar - o seu gôzo dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação daquêle que a deferia.

SECÇÃO IX

Da Licença para o Desempenho de Mandato Eletivo

Art. 132 - Será considerado em licença o funcionário - público municipal que fôr eleito para o desempenho de mandato eletivo, exceto para o legislativo municipal.

§ 1º - A licença prevista neste artigo, se não fôr concedida antes, considerar-se-á automática com a posse no mandato eletivo.

§ 2º - O tempo de serviço do funcionário afastado nos têrmos dêste artigo, só será contado para fins de promoção por antiguidade e aposentadoria.

§ 3º - O funcionário municipal, afastado nos têrmos dêste artigo, só poderá reassumir o exercício do cargo, após o término ou renúncia do mandato.

Art. 133 - O funcionário ocupante de cargo em comissão será exonerado, a pedido, dêste cargo com - posse no mandato eletivo.

Parágrafo único - Se o ocupante, ou melhor, se o ocupante do cargo em comissão fôr também titular de um cargo de provimento efetivo, ficará exonerado daquêle e licenciado dêste na forma prevista no artigo anterior.

Art. 134 - O funcionário municipal deverá licenciar-se pelos menos 30 (trinta) dias antes da eleição, a que concorrer.

CAPÍTULO III

Da ASSistência ao Funcionário

Art. 135 - O município prestará dentro de suas possibi

continua

lidade financeiras, assistência ao funcionário e sua família.

Parágrafo único - O plano de assistência compreenderá:

I - assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - previdência, seguro e assistência judiciária;

III - financiamento para aquisição de casa própria;

IV - curso de aperfeiçoamento e especialização - profissional em matéria de interêsse municipal;

V - centro de aperfeiçoamento moral e intelectual para o funcionário e sua família;

VI - centros de recreação, repouso e férias.

Art. 136 - A lei regulará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos neste capítulo.

Parágrafo único - Todo funcionário municipal será inscrito em instituição de previdência - social mantida pelo Município, ou, na falta, no Instituto Nacional de previdência Nacional digo Social.

CAPÍTULO IV

De Direito de Petição e de Recorrer

Art. 137 - É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou de representar e pedir reconsideração.

§ 1º - O requerimento ou representação será dirigido à autoridade competente para decidí-lo, através do superior hierárquico imediato do requerente ou representante.

§ 2º - O pedido de reconsideração será dirigida à - autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 3º - O requerimento ou representação e o pedido - de reconsideração de que trata êste artigo - deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis.

Art. 138 - É assegurado ao funcionário o direito de recorrer das decisões finais que o prejudiquem.

§ 1º - o recurso poderá ser intepósto no prazo de - 15 (quinze) dias da data ou da ciência pessoal da decisão recorrível.

continua

§ 2º - O recurso deverá ser despachado no prazo de 5 (cinco) dias e decidido no prazo de 60 - (sessenta) dias.

Art. 139 - O pedido de reconsideração e o recurso não têm efeito suspensivo, e o que fôr provido terá efeitos retroativos à data do ato impugnado.

Art. 140 - O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I - em cinco (5) anos, quanto aos atos de que - decorrerem demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração e o recursos, quando cabíveis, interrompem a prescrição de uma só vez, observada a legislação federal sôbre a prescrição quinquenal.

TÍTULO III

Dos Direitos e das vantagens de Ordem Pecuniária

Capítulo I

Do vencimento ou Remuneração

Art. 141 - Vencimento é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei.

Parágrafo único - É vedada a prestação de serviço gratuito.

Art. 142 - Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão fixado em lei, acrescido das vantagens pessoais de que seja titular.

Art. 143 - O funcionário, que não estiver no exercício do cargo, sòmente terá digo poderá perceber vencimento ou remuneração nos casos previstos em lei.

Art. 144 - O funcionário perderá:

I - o vencimento ou remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previstos neste Estatuto.

II - um terço do vencimento ou remuneração diária quando comparecer ao serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quan

continua

do se retirar até uma hora antes de findo o período de trabalho.

III - um têrço do vencimento ou remuneração durante o afastamento por motivo de prisão em flagrante, proventina, pronúncia ou condenação por crime inafiançável, denúncia desde se recebimento, por crime funcional, - com direito à diferença, se absolvido (art, 68).

IV - dois terços de vencimento ou remuneração, durante o período de afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine demissão.

Art. 145 - O vencimento, ou remuneração e o provento do funcionário só poderão sofrer os descontos - autorizados em lei.

CAPÍTULO III
Das vantagens
Secção I
Disposições Gerais

Art. 146 - Além do vencimento ou remuneração, poderão - ser deferidos as seguintes vantagens aos funcionários:

I - diárias;
II - auxílio para diferença de caixa;
III - auxílio maternidade;
IV - auxílio-doença;
V - salário-família;
VI - gratificações.

Secção II
Das Diárias

Art. 147 - Ao funcionário Municipal que, por determinação do prefeito, se deslocar temporàriamente dêste Município no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estude desde que relacionados com a função que exerce, será concedida além, do transporte, a diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada, nas bases fixadas em regulamento.

Secção III
Do Auxílio para Diferença de Caixa

continua

Art. 148 - A diferença de caixa é o auxílio concedido aos tesoureiros, e caixas que, no desempenho de suas atribuições, paguem ou recebem em moeda corrente, na forma e em bases a serem fixadas em regulamento.

Secção IV

Do Auxílio Maternidade

Art. 149 - Será concedido o auxílio maternidade nos têrmos da legislação especial em vigor.

Secção V

Do Salário-Família

Art. 150 - O salário família será concedido a todo funcionário municipal ativo ou inativo:

I - por filhos menores de 18 (dezoito) anos;

II - por filho inválido;

III - por filha solteira sem economia própria;

IV - por filho estudante, que frequentar curso secundário ou superior, em instituto de ensino oficial ou particular reconhecido, e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de 24 (vinte e quatro) anos.

parágrafo único - Compreendem-se neste artigo os filhos de qualquer condição, os enteados, os adotivos, e o menor que viver sob a guarda e sustento do funcionário.

Art. 151 - Quando o pai e a mãe forem funcionários ou inativos e viverem em comum, o salário-família será concedido apenas a um dêles.

§ 1º - Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob sua guarda.

§ 2º - Se ambos os tiverem, será concedido a um e outro dos pais, de acôrdo com a distribuição dos dependentes.

Art. 152 - O funcionário e o inativo são obrigados a comunicar ao seu chefe imediato, dentro de 15 (quinze) dias, qualquer alteração que se verifique na situação dos dependentes, da qual decorra supressão ou redução no salário-família.

parágrafo único - A inobservância desta disposição determinará responsabilidade do funcionário ou do inativo.

Art. 153 - O salário-família será pago juntamente com os vencimentos, remuneração, salário ou pro-

continua

vento.

Art. 154 - O salário-família será pago independentemente de frequência e produção do funcionário e não poderá sofrer qualquer desconto, nem ser objeto de transação e consignação em fôlha de pagamento, nem sôbre êle será - baseada qualquer contribuição.

Art. 155 - O valor do salário-família será fixado em lei especial.

Art. 156 - É vedado pagamento de salário-família por dependente, em relação ao qual já esteja sendo percebido o benefício de outra entidade pública federal, estadual ou municipal.

Secção VI

Do Auxílio-Doença e do Auxílio-Funerário

Art. 157 - Após 12 (doze) meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, em consequência - das doenças previstas no artigo 116, será concedido ao funcionário um mês de vencimento ou remuneração a título de auxílio -doença.

Art. 158 - O tratamento do acidentado em serviço correrá por conta da instituição da previdência social a que estiver filiado.

Art. 159 - Ao funcionário licenciado para tratamento de saúde poderá ser concedido transporte, inclusive para as pessoas de sua família.

Art. 160 - A família do funcionário falecido em exercício, em disponibilidade ou aposentado, ou à pessoa que provar ter feito as despesas com o seu enterramento, será concedido, a título de auxílio-doença, digo, auxílio -funeral, a importância correspondente a 1 (hum) mês do vencimento, remuneração ou provento.

Parágrafo único - O pagamento será efetuado pelo Tesouro Municipal, mediante autorização do prefeito, após a apresentação do atestado de óbito e dos documentos comprobatórios das despesas.

Secção VII

Das Gratificações

Art. 161 - Conceder-se-á gratificação:

I - pela prestação de serviço extraordinário;

II - pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos fora das atribuições -

CONTINUA

normais do cargo;

III - pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida e saúde;

IV - pela participação em órgão de deliberação coletiva;

V - pelo exercício de encargo de auxiliar de membro de banca ou comissão de concurso;

VI - adicional por tempo de serviço.

Art. 162 - Terá direito à gratificação por serviço extraordinário o funcionário que fôr convocado para a prestação de trabalhos fora do horário normal de expediente a que estiver sujeito.

Art. 163 - A gratificação pela prestação de serviços extraordinários será determinada pelo chefe do setor (ou pelo diretor do serviço ou departamento) a que estiver subordinado o funcionário convocado.

§ 1º - A gratificação será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, na mesma razão percebida pelo funcionário em cada hora de período normal.

§ 2º - Em se tratando de serviço extraordinário noturno, assim entendido o prestado no período compreendido entre 18 e 6 horas, o valor da hora será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º - A gratificação ao funcionário, à disposição do gabinete do prefeito, será por êste determinada.

Art. 164 - A gratificação pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos de utilidade para o serviço público municipal, será arbitrada pelo prefeito após a conclusão dos trabalhos, ou prèviamente, quando fôr o caso.

Art. 165 - A gratificação pela prestação de trabalho com risco de vida ou saúde depende de lei especial.

Art. 166 - A gratificação, prevista nos itens IV e V do art. 163 será fixada pelo prefeito em cada caso.

Art. 167 - O adicional por tempo de serviço, conferido ao funcionário à razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público municipal, será sempre proporcional aos vencimentos e acompanhar-se

continua

lhes-á as oscilações.

§ 1º - O funcionário fará jus à sexta-parte dos vencimentos ou remuneração ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público municipal, a qual será - calculada sôbre a remuneração.

§ 2 º- Os adicionais, de que trata êste artigo, incluindo a sexta-parte referida no parágrafo anterior, incorporar-se-ão aos vencimentos para todos os efetivos e serão pagos juntamente com êles ou com a remuneração.

LIVRO III

DO REGIME DISCIPLINAR

Título I

DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS INCOMPATIBILIDADE

CAPÍTULO I

Dos Deveres dos Funcionários

Art. 168 - São deveres do funcionário:

I - comparecer à repartição nas horas de trabalho ordinário e nas do trabalho extraordinário, quando devidamente convocado, executando os serviços que lhe competirem;

II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;

III - desempenhar com zêlo e presteza os trabalhos de que fôr incumbido;

IV - tratar com urbanidade os companheiros de trabalho e as partes, atendendo-as sem preferências pessoais;

V - providenciar para que esteja sempre em ordem , no assentamento individual, sua declaração de família;

VI - manter espírito de solidariedade e de colaboração com os companheiros de trabalho;

VII - apresentar-se convenientemente trajado em - serviço ou com uniforme que fôr determinado em cada caso;

VIII - guardar sigilo sôbre os assuntos da repartição e sôbre os despachos, decisões e providências;

IX - representar a seu chefe imediato sôbre tôdas

continua

as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas na repartição em que servir, ou às autoridades superiores, por intermédio do respectivo chefe, quando êste não tomar em consideração sua representação;

X - residir no distrito onde exerce o cargo ou em localidade vizinha mediante autorização, se não houver incoveniente para o serviço;

XI - zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que fôr confiado à sua guarda e utilização;

XII - atender prontamente, com preferência sôbre qualquer outro serviço:

a) às requisições para a defesa da Fazenda Municipal;

b) à expedição das certidões requeridas para - defesa dos direitos

XIII - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses previstos em lei, regulamento ou regimento;

XIV - sugerir providências tendentes à melhoria - e aperfeiçoamento do serviço.

CAPÍTULO II
Das Proibições

Art. 169 - Ao funcionário é proibido:

I - referir-se, de modo depreciativo, pela imprensa, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, apreciá-lo de ponto-de-vista doutrinário ou de organização do serviço, com o fito de colaboração e cooperação;

II - retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto de repartição;

III - atender a pessoas, na repartição, para tratar de assuntos particulares;

IV - promover manifestação de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição;

V - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal;

VI - coagir ou aliciar subordinados com objeti-

continua

vos de natureza partidária;

VII - praticar a usura em qualquer de suas formas;

VIII - pleitear como procurador ou intermediário, - junto às repartições públicas municipais, - salvo quando se tratar de percepção de vencimento ou vantagens de parente até o 2º grau;

IX - incitar greves ou a elas aderir, ou prativar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público;

X - receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie, em razão das atribuições;

XI - empregar material do serviço público em particular;

XII - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de cargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XIII - exercer atribuições diversas das de seu cargo ou função, ressalvados os casos previstos em lei ou regulamento.

CAPÍTULO III

Das Incompatibilidades e das Acumulações

Art. 170 - É incompatível o exercício de cargo ou função pública municipal:

I - com o exercício cumulativo de outro cargo, - função ou emprêgo municipal, estadual ou federal, bem como em autarquias, emprêsas públicas e sociedades de economia mista, salvo os casos previstos na Constituição - do Brasil;

II - com a participação de gerência ou administração de emprêsAs bancárias, industriais e comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Município, sejam por êste subvencionadas ou diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que o funcionário estiver lotado;

III - com o exercício de representação de Estado - estrangeiro;

IV - com o exercício de cargo ou função subordinado a parente até o segundo grau, salvo quando se tratar de cargo ou função de imediata confiança e de livre escolha, não podendo exceder de 2 (dois) o número de auxi

continua

liares nessas condições.

TÍTULO II
Da Disciplina
CAPÍTULO I
Da Responsabilidade

Art. 171 - Pelo exercício irregular de suas distribuições, o funcionário responderá civil, penal e administrativamente.

Art. 172 - A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo para a Fazenda Municipal ou para terceiros.

§ 1º - O funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entradas nos prazos legais.

§ 2º - Nos demais casos, a indenização de prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidado mediante o desconto em fôlha, nunca excedente da 10ª (décima) parte do vencimento ou remuneração, na falta de outros bens que respondam pela indenização.

§ 3º - Tratando-se de danos causados a terceiros, - responderá o funcionário perante a Fazenda - Municipal, em ação regressiva, proposta depois de transitar - em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 173 - A responsabilidade penal será apurada nos - têrmos da legislação federal aplicável.

Art. 174 - O funcionário é administrativamente responsável por sua digo seus atos e omissões, perante as autoridades que lhe forem hierarquicamente superiores.

Parágrafo único - A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou penal, que couber, nem do pagamento da indenização a que ficar obrigado.

CAPÍTULO II
Das penalidades
SECÇÃO I
Das penas e seus Efeitos

Art. 175 - São penas disciplinares:

I - advertência;

II - repreensão;

continua

III - multa;
IV - suspensão;
V - destituição de função;
VI - demissão;
VII - cassação da aposentadoria e da disponibilidade.

Art. 176 - As penas previstas nos itens II a VII sempre registradas no prontuário individual do funcionário serão.

Parágrafo único - As anistias não implicam o cancelamento do registro de qualquer penalidade, que servirá para apreciação da conduta do funcionário, mas nêle se averbará que, por virtude anistia, a pena deixou de produzir os efeitos legais.

Art. 177 - As penas disciplinares terão sòmente os efeitos declarados em lei.

parágrafo único - Os efeitos das penas estabelecidos neste Estatuto são os seguintes:

I - a pena de multa implica a perda, para efeitos de antiguidade, de tantos dias quantos aquêles que correspondem os vencimentos perdidos;

II - a pena de suspensão implica:

a) - na perda dos vencimentos ou da remuneração durante o período da suspensão;

b)- na perda, para efeitos de antiguidade, de tantos dias quantos tenham durado a suspensão

c) - na impossibilidade da promoção no semestre abrangido pela suspensão;

d) - na perda da licença-prêmio na forma prevista neste Estatuto;

e) - na perda do direito à licença para tratar de assunto particular no período de um ano a contar da expedição da suspensão, superior a 30 (trinta) dias

III - A pena de dmissão digo demissão simples importa:

a) - na exclusão do funcionário dos quadros do serviço municipal;

b) - na impossibilidade de reingresso do demitido ao serviço público municipal antes de decorridos dois anos da aplicação da pena;

IV - A pena de demissão qualificada com a nota "a

continua

bem do serviço público" importa na exclusão - do funcionário e impossibilidade definitiva de seu reingresso nos quadros do serviço público municipal;

V - A cassação da aposentadoria e da disponibilidade importa desligamento do funcionário aposentado ou em disponibilidade do serviço público, sem direito a qualquer provento.

Art. 178 - O funcionário que, dentro de cinco anos contados da data da primeira condenação, fôr por - três vêzes condenado na pena de multa, ou duas vêzes na de suspensão por período que, somados, excedam de cento e vinte dias, passará a ocupar o último lugar na escala de antiguidade para efeito de promoção.

Art. 179m- Na pode ser aplicada a cada funcionário, pela mesma infração, mais de uma pena disciplinar.

Parágrafo único - A infração mais grave abesorve as mais leves.

Secção II

Da Aplicação das Penas

Art. 180 - Na aplicação das penas disciplinares, serão - consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierererem para o serviço público municipal.

Art. 181 - A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de natureza leve de serviço e sempre no intuito do aperfeiçoamento profissional do funcionário.

Art. 182 - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos seguintes:

I - reincidência das infrações sujeitas à pena de advertência;

II - de desobediência e falta de cumprimento dos - deveres previsto nos incisos VII a XIII do - art. 168.

Art. 183 - A pena de suspensão, que não excederá de 90 - (noventa) dias, será aplicada:

I - até 30 dias, ao funcionário que, sem justa causa deixar de submeter a exame médico determinado por autoridade competente;

II - Nos casos de falta grave, ou reincidência de infração a que foi aplicada a pena de repreensão.

continua

Parágrafo único - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa até 50% (cincoenta por cento) por dia ou remuneração, obrigado, nesse caso, o funcionário a permanecer em serviço.

Art. 184 - A pena de demissão será aplicada nos casos - de:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono do cargo ou falta de assiduidade;

III - incontinência pública, conduta escandalosa e embriaguês habitual;

IV - insubordinação grave em serviço;

V - ofensa física em serviço contra funcionário ou particular, salvo legítima defesa;

VI - aplicação irregular dos dinheiros públicos;

VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do - patrimônio municipal;

VIII - corrupção passiva nos têrmos da lei penal;

IX - transgressão de qualquer dos ítens dos art.s 169 e 170 dêste Estatuto.

§ 1º - Considera-se abandono do cargo, a ausência à do serviço, sem justa causa, por mais de 30 (trinta) dias úteis consecutivos.

§ 2º - Considera-se falta de assiduidade, para os - fins dêste artigo, a falta do serviço, durante o período de 12 (doze) meses, por mais de 60 (sessenta) - dias interpoladamente, sem justa causa.

Art. 185 - O ato de demissão mencionará a causa da penalidade e sem fundamento legal.

Parágrafo único - Atenta à gravidade da infração, a demissão poderá ser aplicada com a nota " A bem do serviço público ".

Art. 186 - Será cassada a aposentadoria e a disponibilidade se ficar provado que o inativo:

I - praticou falta grave no exercício do cargo;

II - aceitou ilegalmente cargo ou funçãõ pública;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização do presidente da República;

IV - praticou usura em qualquer de suas formas.

continua

parágrafo único - Será igualmente cassada a disponibilidade do funcionário que não assumir, - no prazo legal, o exercício do cargo em que fôr aproveitado.

Art. 187 - para efeito da graduação das penas disciplinares, serão sempre tomadas em conta tôdas as - circunstâncias em que a infração tiver sido cometida e as responsabilidades do cargo ocupado pelo infrator.

§ 1º - São circunstâncias atenuantes da infração disciplinar, em especial:

I - o bom desempenho anterior dos deveres profissionais;

II - a confissão espontânea da infração;

III - a prestação de serviços considerados relevantes por lei;

IV - a provocação injusta de superior hierárquico.

§ 2º - São circunstâncias agravantes da infração disciplinar, em especial:

I - a combinação com outros indivíduos para a prática da falta;

II - o fato de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar;

III - a acumulação de infrações;

IV - a reincidência.

§ 3º - A acumulação dá-se quando duas ou mais infrações são cometidas na mesma ocasião, ou quando uma só cometida antes de ter sido punida a anterior.

§ 4º - A reincidência dá-se quando a infração é cometida antes de passado um ano sôbre o dia em - que tiver findado o cumprimento da pena imposta em consequência de infração anterior.

Art. 188 - prescreverá:

I - em 2 (dois) anos, a falta sujeita a repreensão, multa ou suspensão;

II - em 4 (quatro) anos, as faltas sujeitas:

a)- à pena de demissão, respeitado o disposto no parágrafo único dêste artigo;

b) -à cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

parágrafo único - A falta também prevista na lei penal - como crime, presvreverá juntamente com êste.

continua

Secção III

Da Competência Disciplinar

Art. 189 - A aplicação das penas de advertência e repreensão é da competência de tôdas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.

Art. 190 - Além do disposto no artigo anterior, são competentes para a aplicação das penas disciplinares:

I - O Prefeito Municipal nos casos de demissão, e cassação da aposentadoria e da disponobilidade, multa e suspensão por mais de 30 (trinta) dias;

II - Os Diretores de Departamento (ou de Serviços ou de Setores) nos demais casos.

§ 1º - Os superiores hierárquicos são sempre competentes para aplicar penas de competência de seus inferiores.

§ 2º - Nenhum superior poderá delegar a subordinado a sua competência para punir.

CAPÍTULO III

Da Prisão Administrativa e da Suspensão Preventiva

Art. 191 - Cabe ao Prefeito ordenar a prisão administrativa de qualquer responsável pelos valores e dinheiros pertencentes à Fazenda Municipal, ou que se acharem sob a guarda desta, nos casos de alcance ou omissão em efetuar as entradas nos devidos prazos.

§ 1º - O Prefeito comunicará o fato imediatamente à autoridade judicial competente para os devidos efeitos e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo de tomada de contas.

§ 2º - A prisão administrativa não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

Art. 192 - A suspensão preventina, até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, poderá ser ordenada pelo Prefeito Municipal em despacho motivado, desde que o afastamento do funcionário seja necessário para que êste não venha a dificultar a apuração da falta cometida.

Art. 193 - O funcionário terá direito:

I - à contagem de tempo de serviço relativa ao período em que tenha estado prêso ou suspenso quando o processo não houver resultado pena disciplinar ou esta se, limitar à repreensão;

continua

II - à contagem do período do afastamento que exceder do prazo da suspensão disciplinar aplicada;

III - à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventina e ao pagamento do vencimento ou remuneração e de tôdas as vantagens do cargo, - desde que reconhecida a sua inocência.

TÍTULO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR E SUA REVISÃO

CAPÍTULO I

Das Sindicâncias

Art. 194 - A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidades no serviço público municipal é obrigada a determinar sua apuração imediata por meio de sindicância administrativa.

Parágrafo único - A autoridade que determinar a instauração da sindicância fixará o prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias para a sua conclusão, prorrogáveis até o máximo de 15 (quinze)dias à vista de representação motivada do sindicante.

Art. 195 - As sindicâncias serão abertas por portaria, em que se indiquem seu objeto e um funcionário ou comissão de 3 (três) funcionários para realizá-la.

§ 1º - Quando a sindicância houver de ser realizada por comissão,a portaria já designará seu presidente, e êste indicará o membro que deva secretariar os trabalhos.

§ 2º - Quando a sindicância houver de ser realizada apenas por um sindicante, êste designará outro funcionário para secretariar os trabalhos, mediante a aprovação do superior hierárquico do sindicato.

Art. 196 - O processo das sindicâncias será sumário, - feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicado e tôdas as pessoas - envolvidas nos fatos bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimentos de questões especializadas.

CAPÍTULO II

Do Processo Administrativo

Secção I

Disposições Gerais

Art. 197 - As penas de demissão de funcionário, de cas-

continua

sação de aposentadoria ou de disponibilidade só poderão ser aplicadas em processo administrativo, em que - se assegure plena defesa ao processado.

Art. 198 - São competentes para a instauração do processo administrativo o prefeito e os diretores de setor (ou de serviço ou de departamento).

Secção II

Da Instrução do Processo Administrativo

Art. 199 - O processo administrativo será instaurado pela autoridade competente (art, 194) mediante portaria, em que especifique o seu objeto e designe a autoridade processante.

Art. 200 - O processo administrativo será realizado por uma comissão composta de 3 (três) funcionários na forma do artigo anterior.

§ 1º - A autoridade competente, no ato da designação da comissão prossessante, indicará um - dos funcionários prara, como seu presidente, dirigir-lhe os - trabalhos.

§ 2º - O presidente da comissão designará um funcionário para secretariá-la,que poderá ser um - dos membros da comissão.

Art. 201 - A autoridade processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando seus membros, em tal caso, dispensados dos serviços na repartição,,durante o curso das diligências e elaboração do relatório.

Art. 202 - O prazo para a realização do processo administrativo será de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) mediante autorização a autoridade - que determinou a sua instauração, e nos casos de fôrça maior.

§ 1º - A autoridade processante, imediantamente digo imediatamente após recolher o expediente e sua designação, dará início ao processo, determinando a citação pessoal do indicado, a fim de que possa acompanhar tôdas as fases do processo, marcando dia para a tomada de seu depoimento.

§ 2º - Achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado por edital com prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º - Se o fundamento do processo fôr o abandono do

continua

cargo ou função, a autoridade processante fará divulgar edital de chamamento pelo prazo de 15 (quinze) - dias.

Art. 203 - A autoridade procederá a tôdas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando preciso fôr, a técnicos ou peritos.

Art. 204 - Os atos, diligências, depoimentos e as informações técnicas ou periciais serão reduzidos a têrmo nos autos do processo.

§ 1º - Dispensar-se-á o têrmo, no caso de informações técnicas ou de perícia, se constar de laudo - junto aos autos.

§ 2º - Os depoimentos tetemunhais serão tomados em a audiência, sempre que possível, na presença - do indiciado e de seu defensor, para tanto devidamente cientificados.

§ 3º - É facultado ao indiciado ou a seu defensor reperguntar as testemunhas, por intermédio do - presidente, que poderá indeferir as reperguntas requeridas.

§ 4º - Quando a diligência requerer sigilo em defesa do interêsse público, dela só se dará ciência ao indiciado depois de realizada.

Art. 205 - Se as irregularidades objeto do processo administrativo constituírem crime, a autoridade - processante encaminhará cópia das peças necessárias ao órgão - competente para a instauração de inquérito policial.

SECÇÃO III

Da Defesa do Indiciado

Art. 206 - A autoridade processante assegurará ao indiciado todos os meios indispensáveis à sua plena defesa.

§ 1º - O indiciado poderá constituir procurador para tratar de sua defesa.

§ 2º - No caso de revelia, a autoridade processante designará, de ofício, um funcionário ou advogado que se incumba do indiciado, digo que se incumba da defesa do indiciado revel.

Art. 207 - Tomado o depoimento do indiciado, nos têrmos do § 1º do art. 200, terá êle vista do processo na repartição pelo prazo de 5 (cinco) dias, para preparar - sua defesa prévia e requerer as provas que deseje produzir. Hávendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 10 (dez)

continua

dias, após o depoimento do último dêles.

Art. 208 - Encerrada a instrução do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao indiciado ou seu defensor, para, no prazo de 15 dias, apresentar suas razões de defesa final.

parágrafo único - A vista dos autos será dada na repartição, onde estiver funcionando a autoridade processante e sempre na presença de um funcionário devidamente autorizado.

SECÇÃO IV

Da Decisão do processo Administrativo

Art. 209 - Apresentada a defesa final do indiciado, a autoridade processante apreciará todos os elementos do processo, apresentando o seu relatório, no qual proporá, justificadamente, a absolvição ou a punição do indiciado, indicando, nesta última hipótese, a pena cabível e o seu fundamento legal.

parágrafo único - O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos à autoridade que determinou a abertura do processo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da apresentação da defesa final.

Art. 210 - A autoridade processante ficará à disposição da autoridade competente, até a decisão final do processo, para prestar qualquer esclarecimento julgado necessário.

Art. 211 - Recebidos os elementos, previstos no art. 209, § único, a autoridade que determinou a abertura do processo, apreciará as conclusões da autoridade processante, tomando as seguintes providências no prazo de 5 (cinco) dias:

I - se discordar das conclusões do relatório, designará outra Comissão ou autoridade para reexaminar o processo e, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, propor o que entender cabível, retificando ou não o relatório;

II - se acolher as conclusões do relatório da autoridade processante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

a)- aplicará a pena proposta, se fôr competente;

b)- remeterá o processo ao prefeito, com sua manifestação, para aplicação da pena sugerida, quando esta fôr de competência dessa autoridade.

continua

Art. 212 - O prefeito deverá proferir a decisão no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por mais 5 (cinco).

§ 1º - Se o processo não fôr decidido no prazo dêste artigo, o indiciado reassumirá automàticamente o exercício do cargo, aguardando aí o julgamento.

§ 2º - No caso de alcance ou malversação de dinheiro público, apurados nos autos, o afastamento se prolongará até a decisão final do processo administrativo.

Art. 213 - Da decisão final do processo, são admitidos os recursos e pedidos de reconsideração previstos neste Estatuto.

Art. 214 - O funcionário só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo e desde que reconhecida sua inocência.

Art. 215 - A decisão definitiva proferida em processo administrativo só poderá ser alterada através do processo de Revisão.

CAPÍTULO III
Da Revisão do Processo Disciplinar

Art. 216 - A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão da sindicância ou do processo administrativo de que resultou a pena disciplinar, quando se aduzirem - fatos ou circunstâncias.suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

§ 1º - A revisão só poderá ser requerida pelo funcionário punido, salvo o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - Tratando-se de funcionário falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer pessoa constante do seu ausentamento individual.

Art. 217 - Correrá a revisão em apenso aos autos do processo originário.

parágrafo único - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça - da penalidade.

Art. 218 - Na inicial, o requerente pedirá dia e hora - para inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 219 - Concluído o encargo da Comissão Revisora, em

continua

prazo que não excederá de 30 (trinta) dias, será o processo, com o respectivo relatório, encaminhando ao prefeito, que o julgará no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 220 - Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

LIVRO IV

Dos Servidores da Câmara Municipal e do Pessoal Temporário

CAPÍTULO I

Dos Servidores da Câmara Municipal

Art. 221 - As disposições dêste Estatuto aplicam-se aos servidores da Câmara Municipal, com as modificações previstas neste capítulo.

Art. 222 - Compete ao presidente da Câmara Municipal:

I - os atos de provimento dos cargos públicos da Câmara Municipal e os de exoneração de seus servidores;

II - a determinação de abertura de sindicância ou de processo administrativo, visando a apurar irregularidades verificadas no serviço administrativo da Câmara;

III - a aplicação, a seus servidores, das penas previstas neste Estatuto;

IV - a decisão do processo da revisão.

Art. 223 - Sem prejuízo da competência do presidente da Câmara, cabe ao Diretor Geral, ou órgão equivalente, a aplicação das penas de advertência, repreensão e de suspensão até 30 (trinta) dias, fora de sindicância ou de processo administrativo.

CAPÍTULO II

Do Pessoal Temporário

Art. 224 - O pessoal temporário será contratado no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, observados os princípios estabelecidos neste capítulo.

parágrafo único - São as seguintes as categorias de pessoal temporário do Município:

I - pessoal contratado para obras;

II - pessoal contratado para funções de natureza técnica ou especializada;

&continua

III - pessoal contratado para o exercício de função de cargo público;

Art. 225 - A contratação do pessoal previsto no artigo anterior, nos órgãos da administração municipal contralizada ou descentralizada, far-se-á observado o seguinte:

I - as contratações devem ser dentro de sua efetiva necessidade e dos recursos orçamentários para a respectiva despesa;

II - os contratos serão, por prazo determinado, - não superior a 2 (dois) anos, ou por tempo - indeterminado, não superior a 2 (dois) anos, ou contratos digo ou os contratos serão feitos por prazao digo prazo determinado, não superiora a 2 (dois) anos, ou por tempo indeterminado;

III - os salários serão fixados, sempre que possível, em níveis correspondentes aos estabelecidos para funções semelhantes no quadro do funcionalismo público municipal, não podendo ser inferiores ao salário mínimo vigente na região;

IV - quando se tratar de pessoal especializado ou técnico, é obrigatória a apresentação da carteira profissional, " Curriculum vitae ", títulos e indicação de experiência profissional;

V - as contratações deverão ser feitas obrigatoriamente no regime do Fundo de Garantia do - Tempo de Serviço;

VI - sempre que possível, e dependendo dos serviços a serem efetuados ou se o contrato não - tiver prazo certo de duração, deverá ser estipulado período - experimental correspondente aos primeiros 90 (noventa) dias;

VII - os encargos previdenciários serão obrigatoriamente recolhidos em estabelecimentos oficiais de crédito ou repartições competentes;

VIII - o seguro de acidente será feito, obrigatoriamente, na carteira própria do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS);

IX - as contratações deverão ser publicadas no órgão oficial do Município, ou em jornal de maior tiragem ou que tenha contrato para publicação dos atos oficiais

continua

do Município;

X - As prorrogações de contratos serão feitas - por simples aditamento no próprio instrumento do contrato, dispensando-se as exigências iniciais;

XI - para tôdas as contratações, serão exigidas idade mínima de 18 e máxima de 55 anos e apresentação de atestado médico de sanidade e abreugrafia fornecido por entidades oficiais ou que forem indicadas pela - prefeitura;

XII - O servidor contratado não poderá ser comissionado em qualquer outro setor de administração.

§ 1º - Observada rigorosa ordem de classificação a sua validade, não assistindo qualquer direito à eventual contratação futura para os demais candidatos - aprovados.

§ 2º - Não se aplicam as disposições dêste artigo à contratação de pessoal para obras, assim entendidos os que irão executar trabalhos braçais.

Art. 226 - Não se aplica aos contratados no regime da Consolidação das Leis do Trabalho qualquer dispositivo dêste Estatuto referente a vencimentos ou salários, férias, horário, afastamentos, licenças e outros direitos e vantagens nem o regime disciplinar.

Parágrafo único - Os direitos e vantagens e o regime - disciplinar aplicáveis ao pessoal - contratado nos têrmos do presente capítulo são aquêles na legislação trabalhista.

Art. 227 - O contratado será responsabilizado civilmente pelos danos causados, por culpa ou dolo, à administração municipal, bem como criminalmente nos têrmos do art. 327 do Código Penal.

Art. 228 - São nulos e de nenhum efeito os contratos - em desacôrdo com as normas dêste capítulo.

Das Disposições Finais

Art. 229 - O dia 28 de outubro será consagrado ao funcionário municipal.

Art. 230 - Contar-se-ão por dias corridos os prazos - previstos neste Estatuto.

Parágrafo único - Na contagem dos prazos, salvo disposições em contrário, excuir digo ex-

continua

cluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o dia do vencimento. Se êsse dia cair em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil.

Art. 231 - São isentos de emolumentos os requerimentos, certidões e outros papéis que, na ordem administrativo, interessem ao servidor público municipal, ativo ou inativo.

Art. 232 - por motivo de convicção filosófica ou religiosa, nenhum funcionário poderá ser privado de qualquer de seus direitos, nem sofrer alteração em sua atividade funcional.

Art. 233 - Nenhum funcionário poderá ser transferido de ofício no período de 6 (seis) meses anterior e no de 3 (três) meses posterior às eleições.

Art. 234 - É vedada a transferência ou remoção de ofício do funcionário investido em cargo eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato.

Art. 235 - O prefeito expedirá a regulamentação necessária à perfeita execução dêste Estatuto, observados os princípios gerais nêle consignados e de conformidade com as exigências, possibilidades e recursos do Município.

Art. 236 - Êste Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.-

Paço Municipal XIX de NOVEMBRO, VIII da INSTALAÇÃO, Gabinete do prefeito, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta.

Dr. Manoel Fernandes Silva
prefeito Municipal

Otaviano Proença Neto
Chefe da Fazenda